



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 639/12

Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica.

Art. 1º Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que compõem as carreiras previstas na Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, são os definidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As tabelas de vencimentos estabelecidas no Anexo I desta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

Art. 2º Fica incorporado às tabelas de vencimentos do Anexo I desta Lei os valores correspondentes à Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), ficando, em consequência, revogado o art. 3º da Lei nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, e o art. 35 da Lei nº 17.250, de 31 de julho de 2012.

Art. 3º Ficam alterados os arts. 4º e seus parágrafos, 5º e seus parágrafos e 16, *caput*, da Lei nº 16.023/08, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função comissionada de Chefe de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função comissionada de Supervisor de Secretaria.

§ 1º Por Secretaria haverá uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

1 - Nas Escrivanias de entrância final haverá uma função comissionada de Supervisor de Secretaria.

§ 2º Nas comarcas de juízo único, à medida que houver vacância das serventias, estas serão incorporadas à unidade estatizada anteriormente existente, criando-se estrutura de Secretaria única, com uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 639/12

fls.02.

§ 3º As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar acúmulo das funções comissionadas de Chefe e Supervisor."

"Art. 5º As funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

§ 1º As funções comissionadas de Chefe de Secretaria serão exercidas por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, da área judiciária, do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição e, excepcionalmente, por Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito.

I - Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º A função comissionada de Supervisor de Secretaria será exercida por servidores ocupantes de cargos de Analista Judiciário, da área judiciária ou contábil e, excepcionalmente, por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

§ 3º Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos servidores ocupantes de cargos efetivos para o exercício das funções referidas no *caput*, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo os critérios definidos nesta Lei.

§ 4º O servidor designado para as funções previstas neste artigo participará do programa de qualificação, conforme disciplinado em regulamento."

"Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário."

Art. 4º Fica alterado o art. 155 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. Em caso de afastamento do servidor ocupante do cargo de Escrivão remunerado pelos cofres públicos ou Secretário dos Juizados Especiais, o Juiz de Direito da respectiva unidade indicará servidor ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário, da área jurídica, ou Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito, para o exercício precário das funções, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 639/12

fls.03.

§ 1º Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º O servidor designado para o exercício precário das funções do titular da Escrivania ou Secretaria dos Juizados Especiais, durante o período de substituição, perceberá proporcionalmente o valor correspondente à gratificação de função de Chefe de Secretaria."

Art. 5º Fica alterado o art. 266 da Lei nº 14.277/03, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 266. Havendo desdobramento ou criação de vara ou comarca, o Juiz Titular da vara ou comarca desdobrada ou da qual saírem as atribuições, terá o direito de optar pela de sua preferência, respeitados os seus direitos, nos dez dias seguintes à publicação do ato respectivo e, não o fazendo, entender-se-á que preferiu aquela de que é titular."

Art. 6º Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

I – Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

II – Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 7º As atribuições básicas das funções comissionadas de Chefe de Secretaria e Supervisor de Secretaria passam a serem as constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas das funções comissionadas previstas neste artigo serão definidas em regulamento.

Art. 8º Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente à designação de funções comissionadas previstas nesta Lei, até 60 (sessenta) dias após a sua vigência.

Art. 9º Fica revogado o §2º do art. 31 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 639/12


fls.04.

Art. 10. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e às normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo da Justiça.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 02 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 657/12

Denomina Cláudio João Silvestri o trecho da Rodovia PR-825, compreendido entre a interseção da mesma com a Rodovia PR-364 até o Município de Campina do Simão.

Art. 1º Fica denominado de Claudio João Silvestri o trecho da Rodovia PR-825, compreendido entre a interseção da mesma com a Rodovia PR-364 até o Município de Campina do Simão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 02 de abril de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ANEXO PROJETO DE LEI 70/2013

Súmula: dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão em município integrante de região metropolitana, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano em região metropolitana pelo órgão incumbido da administração e fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;

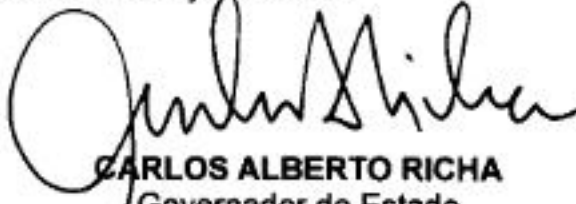
III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à

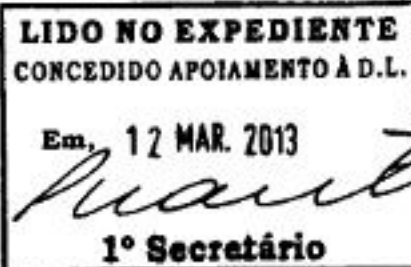
operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumpri-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 020/2013

Curitiba, 11 de março de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 11/03/2013

Senhor Presidente,

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade e agregador, entre municípios, é dever do Estado.

Devido aos elevados custos operacionais, a continuidade dos serviços prestados à população pelas empresas concessionárias desse serviço integrado está ameaçada, pois o repasse dos custos elevaria demasiadamente o valor da tarifa, afastando o usuário, por comprometimento de sua renda, e, ainda mais, a produtividade do setor.

A retirada do imposto sobre o óleo diesel contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos e para a prestação de um serviço com mais qualidade, segurança e fluidez em todas as regiões metropolitanas com sistemas integrados de transporte.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.890.967-4

05



A proposta prevê que a desoneração está condicionada ao desconto no preço do combustível pelo fornecedor, podendo dela usufruírem as empresas habilitadas à prestação do serviço, mediante concessão ou permissão, que firmarem convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pela gestão e fiscalização do serviço.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de aproximadamente R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, considerando que, atualmente, o benefício alcançará a Região Metropolitana de Curitiba, cujo transporte público é estruturado e integrado física e tarifariamente, além de sistemas de transporte coletivo de outras regiões do Estado.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 70/2013

Projeto de Lei nº 70/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 020/2013

Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DE ICMS PARA OPERAÇÃO COM OLEO DIESEL PARA TRANSPORTE COLETIVO URBANO E METROPOLITANO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Concedido vista.

Em 19 / 03 / 2013

Pericles Mello
OCJ

*Cancelado pedido
vista*



A retirada do imposto sobre o óleo diesel contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos e para prestação de um serviço com mais qualidade, segurança e fluidez em todas as regiões metropolitanas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o ICMS.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Todavia, com o intuito de aperfeiçoar a proposição, apresentamos a emenda em anexo, que altera a redação do *caput* do art. 1º.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, com a apresentação de ^{substitutivo geral} ~~emenda anexa~~. *Ademir*

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO ADEMIR TRAIANO
RELATOR



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 70/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral para alterar a redação do projeto, o qual passará a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano, na forma em que especifica.

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros, em cidades-polo com mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta Lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano ou metropolitano pelo órgão incumbido da administração e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo




fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;


III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.









Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumprir-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 070/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 020/2013 que dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitana integrado de passageiros.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Governador objetivava garantir isenção de ICMS a operação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana.

Insta ressaltar que a Comissão de Constituição e Justiça por meio do Relator Deputado Ademar Traiano, apresentou Emenda Substitutiva Geral que foi aprovada, objetivando incluir na citada isenção, as cidades-polos com mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

19

Consoante a justificativa do autor, há que se destacar que em relação ao impacto inicial, com a isenção proposta, na arrecadação de ICMS, a mesma, será de aproximadamente R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, conforme dados fornecidos pela COMEC.


Ainda nesta linha a contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, em relação ao óleo diesel, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras.

Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da **Emenda Substitutiva Geral**, apresentada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 070/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 20/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “Dispor sobre a Isenção de ICMS nas Operações Internas com Óleo Diesel utilizado na Prestação de Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano e Metropolitano Integrado de Passageiros,” visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade e agregador, entre municípios, é dever do Estado.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de aproximadamente R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobrás de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.



A autorização para a isenção de ICMS ora proposta encontra-se arremada no art. 130 da Constituição Estadual que reza:

“Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, da Constituição Federal.

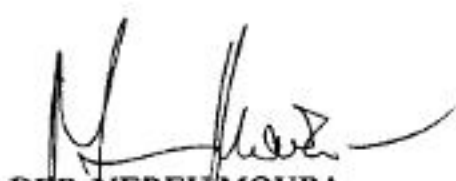
A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à isenção de imposto.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 25 de março de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 20 / 13 - tem por finalidade dispor sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de março de 2013.

Vale a reser
Jure

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D.L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury Fls. 01

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 263/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAR. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída as rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná.

Art. 2º Fica a rota do Caminho e Peabiru incluído no Roteiro Turístico do estado do Paraná.

Art. 3º Fica instituído os meses de abril e outubro como oficiais de comemoração.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/11.

[Assinatura]
DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

15:41 30/03/2011 001602 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls. 02

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

São milenárias a Rota do Estanho (Ilhas Britânicas - Cassitérides, talvez as atuais Seilly - do primeiro milênio de nossa era: a Rota da Seda, que tornou esse produto conhecido pelos gregos no III século antes de Cristo, indo ao Palmir, até a Torre de Pedra, onde se realizavam os mercados fornecidos pelos negociantes chineses: a Rota do Lapis-Lazuli, do terceiro milênio: a Rota da Prata, pela qual os Tírios iam procurar na Espanha a prata e outros metais com os "navios de Tarsis", de que fala a Bíblia, e tantas outras.

As civilizações se fizeram pelas rotas. Por elas se acumularam povos, se enriqueceram nações, se conquistaram mundos. Nem todas as rotas, porém, permanecem vivas. Algumas, sim, permanecem pelo menos na memória de suas gentes. Outras, resgatadas, continuam guiando seus povos a caminho de novos sonhos, novas riquezas, adaptadas aos novos tempos.

A rota mais famosa hoje, sem dúvida, recuperada pela mística e cristã presença do Apóstolo Santiago, é o "Caminho de Santiago da Compostela", na Espanha e na França. Os espanhóis e franceses souberam investir num espaço, num tempo e num acontecimento passado, importantes, revitalizando-os e trazendo às suas sociedades perspectivas de novas riquezas. Riquezas místicas, históricas, culturais e econômicas, por meio de uma bem montada estrutura de empreendimentos turísticos ligados ao Caminho de Peregrinação.

A América do Sul, mais precisamente o Paraguai, o Brasil, o Peru e a Bolívia também possuem a sua Rota. Um caminho histórico, místico e ecológico, Trata-se do Caminho de Peabiru ou "Tape Aviru" o caminho pré-hispânico do mundo guarani, ou incaico. Ou, como querem outros, dos jês-itararês. Foi ele a mais importante via transcontinental da América do Sul pré-colombiana, segundo Maack, estudioso que falou desse caminho na década de 1950. Era uma estrada indígena com tronco e ramais formando uma rede. A pesquisadora Rosana Bond confirma que tinha ele cerca de três mil quilômetros de extensão e começava, ou terminava, no Brasil em dois pontos: litoral de Santa Catarina e litoral de São Paulo.

Cruzava o Brasil (PR, SC, SP, MS), o Paraguai, a Bolívia e o Peru, ligando, portanto, por terra, o Atlântico ao Pacífico. Embora a colonização branca e sua intensa ocupação tenham destruído o Peabiru, ainda restam vestígios, embora poucos, como em Pitanga, Bourbonia, e provavelmente em outros municípios, como alguns da COMCAM, além de estar ainda muito vivo na memória principalmente dos descendentes guaranis.

Este projeto pretende estimular o resgate e o mapeamento da trilha, no estado do Paraná, por meio de pesquisas, vestígios lícitos e da memória coletiva, tudo isso facilitado pelas fontes bibliográficas porque, aproveitando o caminho, também teriam passado por ali os conquistadores espanhóis, os jesuítas das reduções, os bandeirantes paulistas nos séculos XVI e XVII e mesmo os pioneiros desbravadores do final do século XIX. Escritos do século XVI, aliás, chegam a descrevê-lo como possuindo cerca de oito palmos de largura, uma profundidade de 0,40 cm e forrado por gramíneas que impediam o crescimento do mato. A mesma descrição que dele fazem os guaranis.

Peabiru é palavra tupi-guarani e possui muitas traduções: caminho forrado, caminho pisado, caminho sem ervas, caminho que leva ao céu. Para os descendentes guaranis, é o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

caminho de busca da Terra Sem Mal. Poder ter sido, porém, um caminho de comércio para o povo inca.

Não se pode olvidar, ainda, de que há hoje uma demanda reprimida, mundial, para o turismo, pois os tradicionais locais de visitação estão em zona de permanente conflito. O Novo Mundo pode, pela sua caminhada para a "Yvy Marã Ey" (Terra Sem Mal), ter a chance de exportar ao mundo todo essa nova força turística, colocando-se entre as mais modernas alternativas de lazer, cultura e de economia.

Portanto é necessário salvar os vestígios ainda existentes ao mesmo tempo em que poderemos explorá-los metodicamente. Duplo desafio se apresenta aos empreendedores: de pesquisas, num filão que envolve ciência, arte, filosofia e noutro filão que envolve a economia e aspectos de gestão e de engenharia.

Diante deste cenário peço o apoio das Sras. e Srs. Deputados para tão nobre missão de resgate de nosso patrimônio cultural, dando cada vez maior visibilidade à nossa cultura, incentivando a sua difusão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 269/11

Projeto de Lei nº 269/11

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabrício

Súmula: Dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio Turístico e Histórico do Estado do Paraná.

EMENTA: INCLUI ROTA DO CAMINHO DE PEABIRU NO ROTEIRO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARANA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ART. 65 CE. ARTS. 24 E 216 CF. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tendo como objetivo instituir as Rotas dos Caminhos de Peabiru como sendo patrimônio turístico e histórico do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

A Carta Magna dispõe que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

No entanto, com o objetivo de sanar o vício apresentado no presente projeto de lei, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.



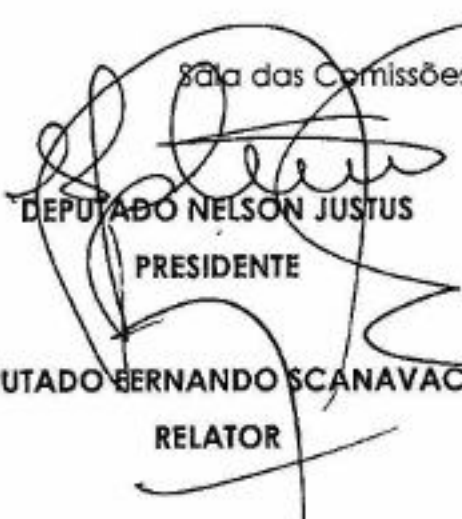
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

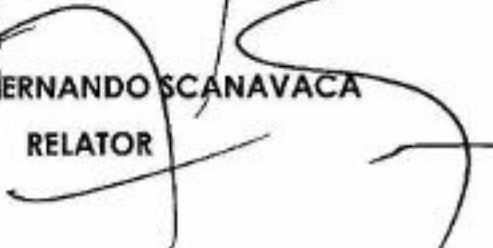


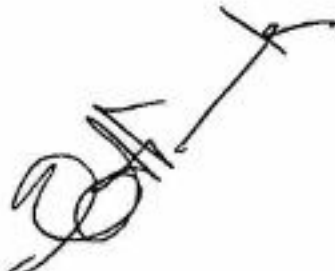
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO SCANAVACCA
RELATOR















Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 269/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 269/11 a contar com a seguinte redação:


SÚMULA: Inclui a rota do Caminho de Peabiru no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica a rota do Caminho de Peabiru incluído no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica instituído os meses de abril e outubro como oficiais de comemoração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/11



I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Fabrício propôs o Projeto de Lei nº 269/2011 com o intuito de instituir, no âmbito do Estado do Paraná, as Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico e Histórico.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Fernando Scanavaca, ante o vício de iniciativa para a instituição de patrimônio Histórico e Turístico, houve a apresentação de um substitutivo, retirando o suposto "tombamento", restando apenas a inclusão da rota do Caminho e Peabiru no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.

Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:



Afinal, se o roteiro é inerente à cultura da região, merece tratamento diferenciado por parte do Estado, tal como disposto no art. 215 da Constituição Federal: *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

O efeito prático da presente proposição, sem embargo, é o incentivo e a valorização da difusão de manifestações culturais, nos moldes de como afirmado acima, uma vez que a rota objeto deste projeto faz parte da origem histórica e cultural de uma região do Estado do Paraná.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental no que diz respeito à cultura.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

13/01/2011

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK

RELATORA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/2011

Projeto de Lei nº. 269/2011

Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Dispõe sobre a instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo instituir as rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do Estado do Paraná, além de incluir tal rota no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Passou pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 05/07/11, tendo como relator o nobre Deputado Fernando Scanavaca, que ofereceu parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral, com objetivo de instituir os meses de abril e outubro como oficiais de comemoração. Recebeu parecer favorável da Comissão de Cultura no dia 13/07/11, tendo como relatora a Deputado Marla Turek.

Foi analisado por esta Comissão de Turismo ainda em 2011, quando se conclui pela baixa em diligência do Projeto à Secretaria de Estado do Turismo para que esclareça se existe um Roteiro Turístico Oficial e elucide tal situação, onde poderia ser incluída tal Rota.

O Secretario de Estado de Turismo encaminhou resposta a diligencia através do Ofício 263/GS, onde elucidou que não existe um roteiro turístico oficial, mas sim vários roteiros que são aprovados por tal Secretaria e incluídos em uma revista. Explicou que para considerar os Caminhos de Peabiru uma Rota devem ser observadas algumas questões preliminares já abordadas em Pareceres sobre o assunto nos anos de 2007 e 2009, que demonstravam que estava se formando um grupo técnico para discutir e delimitar a abrangência do Projeto com propriedade.

Em novo contato com a área técnica da Secretaria de Turismo, a equipe desta Comissão constatou que os estudos de responsabilidade de tal Secretaria já foram concluídos, mas o grupo técnico da Secretaria de Estado da Cultura vem encontrando dificuldades no que se refere à conclusão das pesquisas quanto à determinação do traçado, dos povos envolvidos e da época de criação e utilização do referido Caminho, conforme informação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



contida na carta expedida pela Sra. Daise Bezerra, Assessora Técnica da Secretaria de Turismo.

Desta forma, acreditamos que o presente projeto deve ser aprovado em sua forma atual, para que sejam instituídos os Caminhos de Peabirú como patrimônio turístico e histórico oficial do Estado e, assim, fomentar o turismo e favorecer o crescimento da região. Quando forem concluídos os estudos da equipe da Secretaria de Cultura atinentes ao tema, se dará complemento ao processo, indicando os pontos de maior relevância e formas de proteção dos sítios onde se localizam os seus vestígios.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente

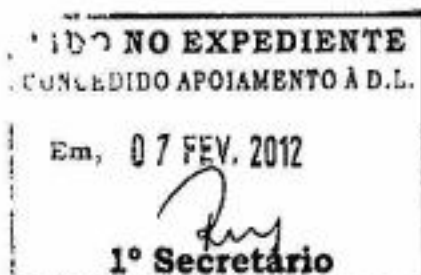

DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI N. 013/2012.



Súmula: Institui o Selo Jovem e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituído o Selo Jovem.

Art. 2º. O Selo Jovem será outorgado pela Secretaria de Esportes e pela Secretaria Educação às entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção do jovem na sociedade, em especial àquelas que se dedicam ao combate as drogas e a violência.

Parágrafo único. O Poder Executivo constituirá um colegiado, vinculado à Secretaria de Esportes e Secretaria de Educação, que, entre outras atribuições, fixará os requisitos para a obtenção do Selo, bem como indicará as entidades habilitadas a recebê-lo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 3º. As entidades contribuintes do ICMS que receberem o Selo Jovem poderão obter incentivo fiscal na forma a ser fixada pelo Poder Executivo, até o limite de 12% do valor dessa contribuição.

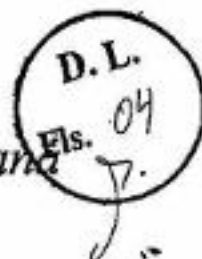
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

Considerando a existência de inúmeras entidades, em nosso Estado, que visam a inserção do jovem à sociedade combatendo o uso de drogas e a violência, acreditamos que as mesmas são merecedoras de incentivos para a continuidade destes trabalhos, os quais são de fundamental importância para o bom desenvolvimento social.

Essa medida vai ao encontro dos interesses não apenas das entidades que visam o crescimento socioeconômico do Estado, mas também dos jovens paranaenses que tanto necessitam de estímulos e oportunidades para uma boa formação social.

Essas são as razões da apresentação deste projeto de lei, e contamos com o voto favorável dos senhores Deputados ao seu acolhimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER AO RECURSO AO PROJETO DE LEI Nº 013/2012

Recurso ao Projeto de Lei nº.: 013/12

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion



Súmula: Institui o Selo Jovem e dá outras providências.

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O SELO JOVEM. APRECIÇÃO CONTRÁRIA POR PARTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM 08 DE MAIO DE 2012. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM 11 DE MAIO DE 2012. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM 14 DE MAIO DE 2012. CONHECIMENTO DO RECURSO EM FUNÇÃO DE SUA TEMPESTIVIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO PELOS ARGUMENTOS ADUZIDOS PELO RECORRENTE. PARECER REFORMANDO A DECISÃO ANTERIOR.

PREÂMBULO

Trata-se de recurso interposto ao Projeto de Lei 013/2012, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, que institui o Selo Jovem e adota outras providências.

Originalmente, o Projeto de Lei foi apreciado na sessão da Comissão de Constituição e Justiça do dia 08 de maio de 2012, recebendo parecer contrário, o qual foi relatado pelo Deputado Estadual Calto Quintana e aprovado pelos demais pares.

A publicação dessa decisão deu-se no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no dia 11 de maio de 2012, sendo interposto recurso pelo autor do Projeto no dia 14 de maio de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, decidir sobre os recursos interpostos em desfavor de suas decisões. Vejamos:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

(...)

II – decidir os recursos interpostos contra suas decisões.

PRELIMINARMENTE

Primeiramente, há de se analisar a tempestividade do recurso interposto. A decisão que declarou inconstitucional o Projeto de Lei 013/2012 foi proferida no dia 08 de maio do corrente ano, sendo publicada em Diário Oficial no dia 11 de maio.

O recurso foi interposto pelo Deputado Estadual Pedro Lupion no dia 14 de maio de 2012, conforme acostado aos autos; portanto, interposto dentro do prazo regimental de três dias, conforme estabelecido pelo art. 33 – A, §2º:

§2º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator.

DO MÉRITO

Quanto ao mérito, *data maxima venia* ao Deputado Estadual Caito Quintana, relator originário do Projeto de Lei aqui analisado, entendo que assiste razão ao recorrente. O Projeto de Lei 013/2012 visa instituir o Selo Jovem, a ser conferido às empresas que inserem jovens à sociedade, afastando-os das drogas e violência.

Analisando-se o Projeto, percebe-se que a matéria objeto se refere à educação e o desporto, matérias essas que os Deputados Estaduais possuem competência concorrente para legislar, conforme preceitua a Carta Magna Brasileira. Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



Conforme se percebe, em momento algum o Projeto de Lei vai de encontro ao preceituado pela Constituição da República Federativa Brasileira; pelo contrário, vem a instituir um selo que fomentará ainda mais empresas a darem fiel cumprimento ao contido em nossa Carta Maior.

A própria Constituição Brasileira fomenta as atividades que promovam um amplo desenvolvimento da educação e do desporto. Vejamos o que dizem os arts. 205 e 217:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Da mesma forma, o Estado do Paraná vez constar em sua legislação maior meios de fomento à educação e ao desporto. Vejamos o que reza os arts. 13, 177 e 197 da Constituição Estadual:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 197. É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Portanto, como bem explicitado acima, o presente Projeto de Lei vem ao encontro do preceituado pelas Constituições Nacional e Estadual, ou seja, vem revestido de legalidade e constitucionalidade.

Por fim, quanto ao contido no art. 2º do Projeto de Lei 013/2012, entendo não existir qualquer afronta à Constituição Federal, Estadual, Lei de Responsabilidade Fiscal ou qualquer outra norma vigente, pois em momento algum cria despesa ao erário público, mas tão somente estabelece que as empresas que vierem a obter o Selo Jovem poderão pleitear junto ao Governo do Estado do Paraná benefício fiscal, ficando à cargo do Poder Executivo Estadual a concessão ou não de referido benefício.

Isso posto, entendo que o recurso aqui analisado merece prosperar, vez que tempestivo bem como pelos argumentos de mérito apresentados pelo recorrente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

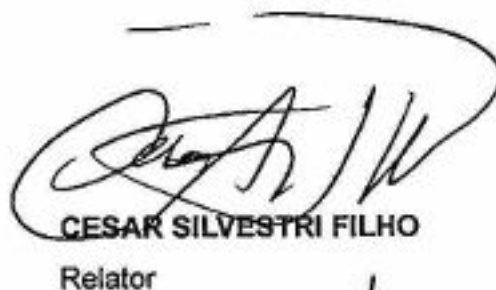
2012
2A
E

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se pelo conhecimento do presente recurso pois tempestivo e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento por entender que os argumentos aduzidos pelo recorrente são ensejadores de reforma da decisão proferida anteriormente por essa Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



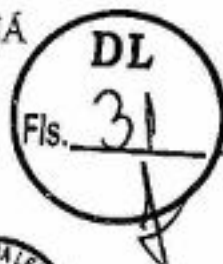


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 013/2012



O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lipion, tem por objetivo instituir o "Selo Jovem" no âmbito do Estado do Paraná, que outorgado pela Secretaria de Esportes e pela Secretaria da Educação será entregue às entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção do jovem na sociedade, em especial àquelas que se dedicam ao combate às drogas e à violência.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável para o prosseguimento da propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo incentivar entidades de cunho social e assistencial que desenvolvam trabalhos de inserção de jovens na sociedade e combate às drogas com o Selo Jovem, bem como os habilita a receberem incentivos fiscais.

Ante o exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

ROSE LITRO
DEP. MARIA LIMA

Rose Litro
ROSE LITRO
Presidente

Marla Tureck
MARLA TURECK
Relatora



Gabinete Do Deputado Estadual Professor Lemos



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 013/2012

SÚMULA: INSTITUI O SELO JOVEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei nº 013/12

Autoria: Dep. Pedro Lupion

O presente Projeto de Lei em epígrafe tem por objetivo, instituir o "Selo Jovem" no Estado do Paraná, o qual, outorgado pelas Secretarias de Estado de Esportes e Educação, será entregue às Entidades que se destacarem no desenvolvimento de Projetos dirigidos à inserção do jovem na sociedade, em especial, àqueles que se dedicarem ao combate às drogas e à violência (fls. 01/04).

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta, opinou pela sua não aprovação sob a alegação de vício de iniciativa (fls. 12); Igualmente, quando da sua análise em definitivo (fls.16).



Porém, após interposição de Recurso pelo autor da proposição (fls. 17/21), a referida Comissão de Constituição e Justiça conheceu do Recurso, nomeou novo relator, dando-lhe provimento reformando a decisão anteriormente proferida, exarando, desta feita, parecer favorável, a fim de que siga os trâmites normais junto às demais Comissões pertinentes (fls. 22/29).



Na sequência, encaminhado à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, esta, emitiu Parecer Favorável à sua normal tramitação (fls. 31), e dando seguimento, encaminhou o referido Projeto para análise por esta Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude designando este Deputado para relatar.

Portanto, esta Comissão DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE, instada a se manifestar, acompanhando o Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do idoso, comunga pela sua constitucionalidade e legalidade, bem como, vislumbra questões meritórias incontestáveis, diante do objetivo proposto e já delineado.

CONCLUSÃO

Chamada esta Relatoria a se manifestar, após análise, não encontramos nenhum óbice que possa impedir a sua normal tramitação, razão pela qual EMITIMOS, no prazo regimental (art. 51/RI), PARECER FAVORÁVEL.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

Deputado Professor Lemos

Relator Designado

Francisco J. Schuchman